

REPRESENTAÇÕES DO CORPO DAS RELIGIOSAS DA BENEPÓ

Clarissa Milagres Caneschi⁴⁰

Resumo:

A proposta desta comunicação é a de discutir, sob uma perspectiva histórico-cultural, as representações elaboradas pelas religiosas da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, comumente conhecida como “Benepó”, acerca de sua identidade feminina com base nos usos e imagem de seus corpos.

Palavras-chave: vida religiosa feminina; corpo feminino; Arquidiocese de Mariana; corpo religioso.

Introdução:

Em 17 de maio de 1946, durante o episcopado de D. Helvécio Gomes de Oliveira, foi oficialmente constituída a Sociedade de Vida Apostólica “Beneficência Popular”, associação religiosa feminina fundada por Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho⁴¹, na cidade de Alvinópolis, estado de Minas Gerais. A espiritualidade de Monsenhor Rafael inspirava-se na devoção do Sagrado Coração de Jesus e, nesse sentido, ele

[...] viveu a pedagogia do respeito à pessoa, pela bondade e zelo apostólico, na simplicidade de sua doação ao próximo. [...] Sentindo as necessidades da Igreja e do povo, Monsenhor Rafael reuniu um pequeno grupo de moças da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Alvinópolis, Minas Gerais, que se comprometesse mais profundamente com o evangelho e com o povo. [...] Uma vez lançada a semente, a Beneficência Popular começou sua missão evangelizadora, expandindo-se para o interior e periferias das grandes cidades do país (Sociedade de Vida Apostólica “Beneficência popular”. s.d.).

Em 1950, as consagradas da Beneficência Popular, a pedido de D. Helvécio, transferiram-se para a cidade de Timóteo, de perfil mais industrializado do que o

⁴⁰ Clarissa Milagres Caneschi graduou-se em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Ouro Preto.

⁴¹ Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho nasceu em 1903 na cidade de Mariana, Minas Gerais. Sacerdote diocesano, ingressou no Seminário de Mariana em 1919 e concluiu seus estudos na Universidade Gregoriana sediada em Roma, retornando para o Brasil em 1929, passando a ser vigário-geral da Arquidiocese de Mariana. Em 1933, passou a exercer o cargo de diretor arquidiocesano do Apostolado da Oração de Mariana.

município de Alvinópolis. Em Timóteo se concentrava um grande número de pessoas à procura de emprego. Com o crescimento rápido da cidade foram surgindo vários problemas, o que fez Dom Helvécio tomar a decisão de transferir a congregação para esta cidade com o intuito de garantir igualdade, respeito e segurança da população recém-chegada.

Em Timóteo, monsenhor Rafael assumiu a paróquia de São José, que foi criada no mesmo ano em que ele mudou-se para esta cidade. Monsenhor fez com que a paróquia tivesse grande relevância no município e teve participação ativa dos operários recém-chegados. Ele desenvolveu atividades como alfabetização, datilografia, escola doméstica, curso de pintura, corte e costura, magistério, contabilidade, entre outros cursos. O terreno, onde seria construído o Colégio e residência das irmãs, foi cedido por Dom Oscar de Oliveira (Livro escrito pelas irmãs..., 1986, p. 132).

Paralelamente, as irmãs (que ainda buscavam obter seu reconhecimento canônico) passaram a dispor de maior autonomia na gestão de sua instituição, pois Monsenhor Rafael, até então muito presente, viu-se convocado a fazer diversas viagens a pedido da Igreja, passando a comunicar-se com a instituição que fundara através de cartas, regularmente enviadas até 1966, quando veio a falecer.

Em 1957, com a ajuda de Dom Helvécio, foi fundada em Mariana a casa de formação do noviciado da congregação. Em 1975, ocorre uma nova e significativa mudança, D. Oscar de Oliveira, que havia assumido a Arquidiocese em 1960, solicitou à Associação, que se instalasse em Mariana, sede do Arcebispado. Entretanto, somente em 28 de novembro de 1988, já na gestão arquidiocesana de D. Luciano Mendes de Almeida, que as Irmãs da Beneficência Popular finalmente conseguiram a aprovação do Vaticano para a fundação de sua Congregação. Tendo recebido o *Nihil Obstat* em Carta da Sagrada Congregação *Pro Religiosis et Institutis Secularibus*, de 18 de julho de 1988, a antiga Associação foi então erigida, por decreto de D. Luciano, em Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, regida pelo Direito Diocesano:

[...] usando das atribuições que nos concedeu a mesma Sagrada Congregação, muito *ex corde* aprovamos e confirmamos pelo presente as Constituições da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular. Que a fidelidade ao carisma do virtuoso Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho, seu fundador, possa levar os membros da sociedade a proclamar a boa nova do amor e da bondade de Deus Salvador, por meio da devoção ao Sagrado Coração (*Decreto de criação da*

Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, 28 de novembro de 1988).

As ações da Beneficência Popular foram ficando conhecidas em outras dioceses, que passaram a solicitar a presença das irmãs para o trabalho pastoral, social e outras atividades necessárias de acordo com a realidade do local. Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Bolívia são os locais onde estão presentes a Beneficência Popular atualmente.

As irmãs, juntamente com monsenhor Rafael, desenvolveram vários trabalhos sócio-pastorais desde o início da fundação, nos diversos locais onde atuou. Assim, auxiliou em escolas, orfanatos, asilos, creches, centros catequéticos etc., com as irmãs adotando um estilo de vida similar ao cotidiano socioeconômico da comunidade em que se encontram inseridas, buscando viver a máxima evangélica de colocar-se a serviço do próximo.

A educação foi um campo de atuação característico da Congregação Beneficência Popular desde sua fundação, já que, o ensino era tido como recurso/canal para a promoção social. Nas diferentes cidades onde as irmãs da Beneficência Popular moraram, elas promoviam cursos de acordo com a realidade do município. Aulas de bordado, tricô, crochê, pintura, datilografia, escolas de ensino fundamental foram alguns dos cursos oferecidos.

Tal abrangência de ações pastorais fora recomendada pelo próprio monsenhor Rafael desde os primórdios da história da Sociedade nos anos 1940, conforme registrado na memória institucional:

Peço às minhas filhas que muito se compadeçam do povo do interior. Temos tantos meios de melhorar a sorte destas populações. É preciso que todos tenham espírito de fé e trabalhem decididamente pelos pobres. O melhor não é dar esmolas, mas o trabalho. Por isso é que nossa sociedade existe. E que mantemos os seguintes projetos e atividades: projetos na região rural, escolas, asilo, creche, hospital, formação de liderança, educação popular, educandários (Trecho de monsenhor Rafael, inserido no livro de comemoração dos 40 anos da congregação transcrito pelas irmãs).

A orientação do fundador foi ratificada pelas *Constituições* ainda em suas versões sem aprovação canônica:

5. A finalidade da Beneficência Popular é colaborar com a Igreja na evangelização dos povos, para que o Reino de Jesus Cristo seja reconhecido entre os homens. 6. Para atingir a finalidade própria da Sociedade, os membros: Buscam na Eucaristia a fonte de suas energias e fazem da simplicidade, humildade e mansidão o patrimônio espiritual e característico da Beneficência Popular; Participam e acompanham as transformações do tempo e as exigências da Igreja, na luta pela construção do Reino de Verdade, justiça e amor; promovem humana e cristãmente todos, principalmente os mais necessitados do meio rural e periferia das cidades; Trabalham na Pastoral da Educação e Saúde, em Escolas Domésticas e Agrícolas, na Educação Popular, em Educandários e em quaisquer atividades onde se faça necessária a presença da Igreja, na evangelização e libertação integral do homem (Constituições das irmãs, p. 8).

1. Uma nova simbólica

A figura da mulher religiosa na Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular configurava-se de maneira bastante distinta das representações comumente associadas às imagens das freiras no Brasil em meados do século XIX.

Um dos aspectos que logo chamava a atenção das comunidades paroquiais em que as religiosas da Benepó atuavam era a dispensa do uso do hábito, concedida por monsenhor Rafael, como elemento identitário à vida religiosa em plena década de 1940. O propósito era favorecer um contato mais efetivo entre as consagradas e o cotidiano das pessoas e grupos sociais com que lidavam, isto, quase vinte anos antes da reforma litúrgica e institucional do Concílio Vaticano II. Desta maneira, conforme enunciado pelas irmãs:

Vivemos e convivemos na simplicidade para poder não demonstrar. Ele [Monsenhor Rafael] não deixou que a gente usasse o hábito, porque ele dizia que o hábito distanciava as pessoas de nós, então ele fundou a congregação sem hábito, justamente para ter mais aproximação, esse calor humano juntamente às pessoas. [...] Antigamente as irmãs usavam sempre manga cumprida e saia. Depois foi mudando, hoje nos vestimos normal. [As irmãs] eram conhecidas como ‘irmãs de monsenhor Rafael’. Não temos distintivo nenhum, não carregamos nada para poder falar ‘eu sou Irmã’ não o próprio ser da gente demonstra, às vezes, em viagem, as pessoas perguntam “a senhora é freira?” não é porque to com escapulário ou com o terço na mão, mas parece que a gente é diferente, querendo ou não, demonstra ser pessoas diferentes (Entrevista cedida pela irmã Ilda em Alvinópolis, 2014).

Pode-se projetar o alcance inovador desta prática se for cotejada com descrições do aparato simbólico que envolvia a tradicional figura da religiosa no Brasil.

É promovida uma desorganização da imagem pré-existente seguida de uma reorganização de acordo o modelo religioso. Isso é alcançado através de práticas ritualizadas, como os ritos de iniciação – mudam de nome, vestem o hábito e a idade natural é substituída pelo tempo de entrada na ordem – ou as práticas de perda da propriedade pessoal – os objetos, mesmo pessoais, eram considerados de todos –, de controle e bloqueio das informações sobre si – evitam conversar sobre seu passado ou famílias (SERVAIS et HAMBYE, 1971, p. 27).

2. A repressão ao corpo

Durante a fundação da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular o corpo era visto, pela Igreja Católica, como um elemento negativo, devendo ser ocultado e, se possível, negado. A repressão ao corpo era ainda mais intensa na vida religiosa. A ética sexual pela qual a mulher aparecia como um ser perigoso e pecaminoso dificultava às freiras assumirem sua condição de mulheres.

A veste religiosa era uma forma de negação da feminilidade, ao esconder as formas naturais do corpo e ao incorporar elementos do vestuário masculino. As próprias religiosas transmitiam essa mentalidade às alunas, que, por exemplo, embora dormissem em quartos comuns, nunca se apresentavam despidas diante das colegas – elas colocavam a colcha ou o lençol sobre os ombros para trocar de roupa; o banho deveria ser rápido e com uma irmã à porta do banheiro, nela batendo em caso de demora.

Assim, pode-se afirmar que a Igreja manteve-se numa atitude conservadora no período em que a fundação foi fundada, procurando impedir as mudanças sociais e morais, ou pelo menos, diminuir o ritmo. Isso começa a ser alterado na década de 1950, quando a Igreja inicia uma abertura ao trabalho feminino fora de casa, na política e sua relativa autonomia frente à família. Foi a ação católica o espaço que mais contribuiu para o diálogo da hierarquia eclesiástica com o sexo feminino e suas novas posições assumidas na sociedade.

Conclusão:

As religiosas da Sociedade de Vida Apostólica Beneficência Popular, foram inovadoras na retirada do hábito como elemento identitário da vida religiosa em plena

década de 1940. Em paralelo, elas assumiram um estilo de vida, de se trajar e de relações cotidianas muito próximas à sociedade civil.

Esta diluição de referências de vida consagrada então consideradas demasiadamente rigorosas, favoreceu a adesão de várias mulheres à Sociedade entre as décadas de 1940 e 1980. Porém, paradoxalmente, no tempo presente, tal despojamento não mais tem atraído tantas mulheres à Benepó, pois a idealização do corpo feminino religioso aproxima-se mais, hoje, de uma aura social, afastada inclusive de uma imersão popular.

Referências:

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870-1930). In: GROSSI, Miriam Pillar. *Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina*. Cadernos de Pesquisa, n.73, 1990.

JULIA, Dominique. A religião: história religiosa, In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *Histórias: novas abordagens*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A mulher pobre na história da Igreja latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____, Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In.: MARCÍLIO, Maria Luísa (org.) *Família, mulher e sexualidade na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993.

NUNES, Maria José F. Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

QUINTANEIRO, Tânia. *O sexo segregado: recolhidas e religiosas*. Retratos de mulher: o cotidiano no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996.

SERVAIS, É. et HAMBYE, F. *Structure et signification: problème de méthode en sociologie des organisations claustrales*. Social Compass, XVIII, 1, 1971.

Sociedade de Vida Apostólica “Beneficência popular”. Mimeo. s.d.

Livro escrito pelas irmãs em comemoração aos 40 anos da congregação. 1986.

Constituições das irmãs, 1988.

SÃO TOMÁS DE AQUINO E SANTO AGOSTINHO

E A MULHER NA IDADE MÉDIA

Alexandre Bueno Salomé de Souza⁴²

Resumo:

Essa pesquisa tem como objetivo mostrar as bases religiosas da não autonomia da mulher na sociedade feudal. Através da análise dos escritos de São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, têm-se uma leitura da visão sobre a mulher através da ótica da igreja católica na idade média. Destas análises históricas acerca da dominação e da relação entre os sexos masculino e feminino, que resultaram impactos diretos e indiretos na sociedade da época e nos dias atuais, conclui – se que a dominação do homem sobre a mulher é cíclica.

Palavras Chave: Mulher; Santo Agostinho; São Tomas de Aquino; Idade Média

Introdução:

São Tomás de Aquino (AQUINO. 1999. p.73 – 74) afirma que a criação é obra de toda a Santíssima Trindade, e que constitui uma união de ser, verdade e bem que espelha a Unidade das três pessoas divinas: Pai, Filho e Espírito Santo. Deus pai opera a criação pelo seu verbo, que é filho, e pelo seu amor, que é o Espírito Santo. Assim todo ente tem, uma essência, uma natureza, um modo de ser pensado, planejado por Deus. Cada coisa criada é o que é, possui uma natureza, precisamente por ter sido criativamente criada pelo Verbo, por proceder de um design divino do *logos*.

Santo Agostinho (AGOSTINHO. 1990. p.88-89) afirma que ao criar os animais, solitários e solívagos, Deus criou o homem para ocupar lugar entre os anjos e os irracionais, Deus criou apenas um. Criou – o, porém, de tal forma, que, se sujeito a seu Criador, como a verdadeiro Senhor, lhe cumprisse piedosa e obedientemente os preceitos, passaria sem morrer em companhia dos anjos, a gozar de imortalidade feliz e eterna... Deus fê – lo um e só, não para privá – ló da sociedade humana, e sim para encarecer – lhe sempre mais a unidade social e o vínculo da concórdia, que aumentaria, se os homens não se unissem apenas pela semelhança da natureza, mas também pelos laços de parentesco. Tanto é verdade, que não quis como fez com o homem, criar a mulher que lhe serviria de companhia, mas formou – a dele, para todo o gênero

⁴² Mestrando pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bolsista CAPES.